

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.364 - SC (2019/0384387-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MARCOS VIEIRA CARDOSO
ADVOGADOS : SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S) - SC017615
HEROLDES BAHR NETO - SC031052
AGRAVADO : CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
ADVOGADOS : LYCURGO LEITE NETO - RJ018268
MARIANA TANCREDO MUSSI - SC017974
JESSIELI MARIA LIEVORE MESSIAS DA SILVA E OUTRO(S) - SC025056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARCOS VIEIRA CARDOSO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MARCOS VIEIRA CARDOSO, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 26/08/2019, sendo o agravo somente interposto em 07/10/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

No caso, para atacar a primeira decisão que deixou de admitir o apelo especial, a parte deveria ter interposto o agravo previsto no art. 1.042 do CPC, e não novo recurso especial, como ocorreu. Portanto, o recurso incabível (recurso especial de fls. 873/890), não teve o condão de suspender o prazo para a interposição do agravo.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o

Superior Tribunal de Justiça

que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente